

## **PREGÃO ELETRÔNICO**



### **MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO HOSPITAL GERAL DE SALVADOR**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2021**

(Processo Administrativo n.º 64585.64585.001295/2021-23)

Torna-se público que o Hospital Geral de Salvador HGeS, por meio da Seção de Licitações e Contratos (SALC), sediado(a) na Rua Castro Neves, 72, Matatu, Salvador, Bahia, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento do tipo menor preço por item, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **28 de junho de 2021**

Horário: **09:00 h**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – **[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, instalação, desinstalação, montagem, desmontagem e calibração de equipamentos biomédicos, odontológicos e radiológicos da odontoclínica do HGeS e Órgãos participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu

interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Este Edital observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto a responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material, bem como a apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos, **PREFERENCIALMENTE ATRAVÉS DE PAPEL RECICLADO.**

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

## **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível

com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 Para **todos** os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

4.2.8.1 É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017-TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.2.9 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.6.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade

previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e valor total do item;

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do

Termo de Referência.

- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;
- 6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.
- 6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência,

assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do

valor consignado no registro.

- 7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,50 (cinquenta centavos).
- 7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18 O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna



própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.25.1.1 prestados por empresas brasileiras;

7.25.1.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.1.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02

(duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.28** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**8.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

**8.2** A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

**8.3** A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

**8.4** A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

**8.5** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.5.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.5.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.5.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.5.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n. 1455/2018- TCU- Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.5.4.1 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.5.4.1.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações

de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**8.5.4.1.2** apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

**8.6** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

**8.7** Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e executabilidade da proposta.

**8.8** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a executabilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**8.8.1** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

**8.9** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas)**, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.9.1** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**8.9.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

**8.10** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

**8.11** O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

**8.12** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

**8.12.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**8.12.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples

Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.13** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.14** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.15** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**8.16** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.17** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA HABILITAÇÃO

**9.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

**9.1.1** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

**9.1.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**9.1.2.1** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se

houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

9.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 **Habilitação jurídica:**

9.8.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.8.8 Documento comprobatório de que possui compromisso com a sustentabilidade ambiental, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, conforme item 1.4. deste Edital e seu anexo IV.

9.9 **Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação

de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

#### **9.10 Qualificação Econômico-Financeira:**

- 9.10.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 9.10.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
  - 9.10.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
  - 9.10.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 9.10.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Prazo}}$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4 As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

#### 9.11 **Qualificação Técnica:**

9.11.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, , mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados.

9.11.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

9.11.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.12 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do



último exercício.

9.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.19.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor,

10.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a

existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### **15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1** Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**13.2** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

**13.3** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

**13.4** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

### **16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente,

conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses não prorrogável conforme previsão no instrumento contratual e no termo de referência.

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a

Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **17. DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL**

17.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

18.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **20. DO PAGAMENTO**

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 21.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 21.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 21.1.3 apresentar documentação falsa;
- 21.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.6 não mantiver a proposta;
- 21.1.7 cometer fraude fiscal;
- 21.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.4.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

- 21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 22.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 22.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 22.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

## **23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [pregao.hges@gmail.com](mailto:pregao.hges@gmail.com), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço, **rua**



**Castro Neves, 72, Matatu, Salvador - BA, CEP 40255-020, Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC).**

23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da

Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Rua Castro Neves, 72, Matatu, Salvador - BA, CEP 40255-020, seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.12.1 ANEXO A – Relação do Quantitativo;

24.12.2 ANEXO B – Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

24.12.3 ANEXO C – Planilha de Custos

24.12.4 ANEXO I - Termo de Referência;

24.12.5 ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços.

24.12.6 ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato;

24.12.7 ANEXO IV - Modelo de Declaração de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental; e

Salvador, BA, 10 de junho de 2021.

**ALERRANDRO LEAL FARIAS – Cel**  
Ordenador de Despesas do HGeS

## ANEXO A

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	CATSER/ CATMAT	UND	HGES 160039	19 BC 160033	6 RM 160036	ESFCEX 160525	QUANT TOTAL
1	<b>Manutenção preventiva de Cadeira odontológica:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço</b> de verificação geral do equipamento compreendendo, no mínimo, medir tensão elétrica nominal, verificar estado das mangueiras, verificar nível de óleo da cadeira, verificar todos os contatos elétricos, lubrificação e reapertos diversos.	5797	SV	132	15	4	48	199
2	Manutenção corretiva de Cadeira odontológica: Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. VALOR de <b>mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo da PLACA DE COMANDO DA CADEIRA.	5797	SV	22	5		6	33
3	<b>Peça:</b> placa de comando da cadeira. marca: dabi. modelo: d700.	428063	UND	22	5		6	33
4	<b>Manutenção preventiva de Refletor:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço</b> de verificação geral do equipamento compreendendo, no mínimo, medir tensão elétrica nominal, verificar todos os contatos elétricos, lubrificação e reapertos diversos.	5797	SV	132	15	4	24	175
5	<b>Manutenção corretiva de Refletor:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo da LAMPADA H3.	5797	SV	33	12		6	51
6	<b>Peça:</b> lampada h3 para refletor. marca: dabi. modelo: d 700.	304856	UND	33	12		6	51
7	<b>Manutenção corretiva de Refletor:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo do ESPELHO.	5797	SV	33	5		6	44
8	<b>Peça:</b> espelho para refletor. marca: dabi. modelo: d 700.	304856	UND	33	5		6	44
9	<b>Manutenção preventiva de Unidade auxiliar (cuspideira):</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço</b> de verificação geral do equipamento compreendendo, no mínimo, medir tensão elétrica nominal, verificar estado das mangueiras, verificar todos os contatos elétricos, limpeza dos condutos e filtros dos sugadores, verificar funcionamento das válvulas de pressão da unidade auxiliar, lubrificação e reapertos diversos.	5797	SV	132	15	4	24	175
10	<b>Manutenção corretiva de Unidade auxiliar (cuspideira):</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo da BACIA DE LOUÇA.	5797	SV	22	5	1	6	34
11	<b>Peça:</b> bacia de louça de unidade auxiliar (cuspideira). marca: dabi. modelo: d 700.	376226	UND	22	5		6	33
12	<b>Manutenção corretiva de Unidade auxiliar (cuspideira):</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo das VÁLVULAS PILOTO.	5797	SV	22	5		6	33
13	<b>Peça:</b> válvulas piloto de unidade auxiliar (cuspideira). marca: dabi. modelo: d 700.	376226	UND	22	5		6	33

14	<b>Manutenção preventiva de Equipos:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço</b> de verificação geral dos equipamentos compreendendo, no mínimo, medir tensão elétrica nominal, verificar estado das mangueiras, verificar todos os contatos elétricos, verificar funcionamento das válvulas de pressão do equipo, lubrificação e reapertos diversos.	5797	SV	132	15	4	24	175
15	<b>Manutenção corretiva de Equipos:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço</b> de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo da SERINGA TRIPLICE.	418217	SV	22	15	1	12	50
16	<b>Manutenção corretiva de Equipos:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Peça:</b> SERINGA TRIPLICE.	418217	SV	22	5	1	12	40
17	<b>Manutenção corretiva de Equipos:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço</b> de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo da TORNEIRA FIXA.	5797	SV	22	5		12	39
18	<b>Manutenção corretiva de Equipos:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Peça:</b> TORNEIRA FIXA.	5797	SV	22	5		12	39
19	<b>Manutenção preventiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório móvel): <b>Cadeira odontológica:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de verificação geral do equipamento compreendendo, no mínimo, medir tensão elétrica nominal, verificar estado das mangueiras, verificar nível de óleo da cadeira, verificar todos os contatos elétricos, lubrificação e reapertos diversos.	5797	SV	2			6	8
20	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Cadeira odontológica:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo da PLACA DE COMANDO DA CADEIRA.	5797	SV	2			6	8
21	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Cadeira odontológica:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Peça:</b> PLACA DE COMANDO DA CADEIRA.	428063	SV	12			6	18
22	<b>Manutenção preventiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Refletor:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de verificação geral do equipamento compreendendo, no mínimo, medir tensão elétrica nominal, verificar todos os contatos elétricos, lubrificação e reapertos diversos.	5797	SV	3			6	9
23	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Refletor:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo da LAMPADA H3.	5797	SV	3			6	9
24	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Refletor:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Peça:</b> LAMPADA H3.	416472	SV	3			6	9
25	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Refletor:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo do ESPELHO.	5797	SV	3			6	9
26	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Refletor:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Peça:</b> ESPELHO.	5797	SV	3			6	9
27	<b>Manutenção preventiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Unidade auxiliar (cuspideira):</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de verificação geral do equipamento compreendendo, no mínimo, medir tensão elétrica nominal, verificar estado das mangueiras, verificar todos os contatos elétricos, limpeza dos condutos e filtros dos sugadores, verificar funcionamento das válvulas de pressão da unidade auxiliar, lubrificação e reapertos diversos.	5797	SV	3			6	9

28	<b>Manutenção corretiva de Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). Unidade auxiliar (cuspideira):</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo BACIA DE LOUÇA.	5797	SV	3			6	9
29	<b>Manutenção corretiva de Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). Unidade auxiliar (cuspideira):</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Peça:</b> BACIA DE LOUÇA.	5797	SV	3			6	9
30	<b>Manutenção corretiva de Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). Unidade auxiliar (cuspideira):</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo das VÁLVULAS PILOTO.	5797	SV	3			6	9
31	<b>Manutenção corretiva de Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). Unidade auxiliar (cuspideira):</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Peça:</b> VÁLVULAS PILOTO.	5797	SV	3			6	9
32	<b>Manutenção preventiva de Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). Equipó:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. Serviço de verificação geral dos equipamentos compreendendo, no mínimo, medir tensão elétrica nominal, verificar estado das mangueiras, verificar todos os contatos elétricos, verificar funcionamento das válvulas de pressão do equipo, lubrificação e reapertos diversos.	5797	SV	3			6	9
33	<b>Manutenção corretiva de Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). Equipó:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. Serviço de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo da SERINGA TRIPLICE.	5797	SV	3			6	9
34	<b>Manutenção corretiva de Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). Equipó:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Peça:</b> SERINGA TRIPLICE.	418217	SV	3			6	9
35	<b>Manutenção corretiva de Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). Equipó:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. Serviço de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo da TORNEIRA FIXA.	5797	SV	3			6	9
36	<b>Manutenção corretiva de Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). Equipó:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Peça:</b> TORNEIRA FIXA.	5797	SV	3			6	9
37	<b>Manutenção preventiva de Mocho Odontológico:</b> <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. Serviço de verificação geral do equipamento compreendendo lubrificação, limpeza externa e interna e ajustes necessários.	5797	SV	45	2	4	24	75
38	<b>Manutenção corretiva de Mocho Odontológico:</b> <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. Serviço de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo dos PISTÕES.	5797	SV	45	15		12	72
39	<b>Manutenção preventiva de Aparelho de Raios X Odontológico:</b> <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Spectro 70 X Eletronic. Medir emissão de RX, teste elétrico, lubrificação e limpeza geral externa e interna e ajustes necessários.	5797	SV	4	2	4	24	34
40	<b>Manutenção corretiva de Aparelho de Raios X Odontológico:</b> <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Spectro 70 X Eletronic. Serviço de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo da PLACA DO RAI0-X.	5797	SV	4	2		12	18
41	<b>Manutenção corretiva de Aparelho de Raios X Odontológico:</b> <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Spectro 70 X Eletronic. <b>Peça:</b> PLACA DO RAI0-X.	5797	SV	4	2		12	18
42	<b>Manutenção preventiva de Aparelho Fotopolimerizador:</b> <b>Marca:</b> Kavo. <b>Modelo:</b> Poly Wireless. Serviço de teste dos circuitos elétricos, limpeza externa e interna; ajustes quando necessário	5797	SV	45	10	4	24	83
43	<b>Manutenção corretiva de Aparelho Fotopolimerizador:</b> <b>Marca:</b> Kavo. <b>Modelo:</b> Poly Wireless. Serviço de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo da PLACA DO FOTOPOLIMERIZADOR.	5797	SV	4	2		12	18

44	<b>Manutenção corretiva de Aparelho Fotopolimerizador: Marca: Kavo. Modelo: Poly Wireless. Peça: PLACA DO FOTOPOLIMERIZADOR.</b>	5797	SV	4	2	12	18
45	<b>Manutenção preventiva de Aparelho de Ultrassom Odontológico. Marca: DABI. Modelo: Profi Neo. Limpeza externa e interna , verificação de mangueiras, filtros, pontas e insertos, verificação de parte elétrica e hidráulica; ajustes quando necessário</b>	5797	SV	45	10	4	71
46	<b>Manutenção corretiva de Aparelho de Ultrassom Odontológico. Marca: DABI. Modelo: Profi Neo. Serviço de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo da PLACA DO ULTRASSOM.</b>	5797	SV	11	5	1	29
47	<b>Manutenção corretiva de Aparelho de Ultrassom Odontológico. Marca: DABI. Modelo: Profi Neo. Peça: PLACA DO ULTRASSOM.</b>	5797	SV	11	5	1	29
48	<b>Manutenção corretiva de Aparelho de Ultrassom Odontológico. Marca: DABI. Modelo: Profi Neo. Serviço de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo da CANETA DO ULTRASSOM.</b>	5797	SV	11	8	1	32
49	<b>Manutenção corretiva de Aparelho de Ultrassom Odontológico. Marca: DABI. Modelo: Profi Neo. Peça: CANETA DO ULTRASSOM.</b>	5797	SV	11	8	1	32
50	<b>Manutenção preventiva de Caneta Alta Rotação. Marca: Microdent. Limpeza externa e interna , verificação geral; ajustes quando necessários.</b>	5797	SV	45	20	24	89
51	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca: Microdent. Serviço de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo dos ROLAMENTOS.</b>	5797	SV	45	20	48	113
52	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca: Microdent. Peça: ROLAMENTOS.</b>	392504	SV	60	20	24	104
53	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca: Microdent. Serviço de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo das PINÇAS.</b>	5797	SV	60	20	24	104
54	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca: Microdent. Peça: PINÇAS.</b>	322467	SV	60	20	24	104
55	<b>Manutenção preventiva de Caneta Alta Rotação. Marca: Kavo. Modelo: Extra Torque 605C. Limpeza externa e interna , verificação geral; ajustes quando necessários.</b>	5797	SV	60	30	4	118
56	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca: Kavo. Modelo: Extra Torque 605C. Serviço de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo dos ROLAMENTOS.</b>	5797	SV	60	30	2	116
57	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca: Kavo. Modelo: Extra Torque 605C. Peça: ROLAMENTOS.</b>	392504	SV	60	30	2	116
58	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca: Kavo. Modelo: Extra Torque 605C. Serviço de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo das PINÇAS.</b>	5797	SV	60	30	2	116
59	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca: Kavo. Modelo: Extra Torque 605C. Peça: PINÇAS.</b>	322467	SV	60	30	2	116
60	<b>Manutenção preventiva de Caneta Alta Rotação. Marca: Dentflex. Limpeza externa e interna , verificação geral; ajustes quando necessários.</b>	5797	SV	60	20	24	104
61	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca: Dentflex. Serviço de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo dos ROLAMENTOS.</b>	5797	SV	60	20	24	104
62	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca: Dentflex. Peça: ROLAMENTOS.</b>	392504	SV	60	20	24	104
63	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca: Dentflex. Serviço de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo das PINÇAS.</b>	5797	SV	60	20	24	104
64	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca: Dentflex. Peça: PINÇAS.</b>	322467	SV	60	20	24	104
65	<b>Manutenção preventiva de Bomba à vácuo . Marca: DABI. Modelo: Ciclone Vaccum Pump. Verificação de pressão e ruído, teste elétrico, limpeza de filtros, verificação das mangueiras, limpeza externa e interna.</b>	5797	SV	12	6	4	34
66	<b>Manutenção corretiva de Bomba à vácuo . Marca: DABI. Modelo: Ciclone Vaccum Pump. Serviço de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo do MOTOR.</b>	5797	SV	12	6	12	30

67	<b>Manutenção corretiva de Bomba à vácuo . <u>Marca:</u> DABI. <u>Modelo:</u> Ciclone Vaccum Pump. <u>Peça:</u> MOTOR.</b>	5797	SV	12	6		12	30
68	<b>Manutenção corretiva de Bomba à vácuo . <u>Marca:</u> DABI. <u>Modelo:</u> Ciclone Vaccum Pump. <u>Serviço de mão de obra</u> caso seja necessária a troca ou reparo PLACA CONTROLADORA.</b>	5797	SV	12	6		12	30
69	<b>Manutenção corretiva de Bomba à vácuo . <u>Marca:</u> DABI. <u>Modelo:</u> Ciclone Vaccum Pump. <u>Peça:</u> PLACA CONTROLADORA.</b>	5797	SV	12	6		12	30
70	<b>Manutenção corretiva de Bomba à vácuo . <u>Marca:</u> DABI. <u>Modelo:</u> Ciclone Vaccum Pump. <u>Serviço de mão de obra</u> caso seja necessária a troca ou reparo CAPACITOR DE PARTIDA.</b>	5797	SV	12	6		12	30
71	<b>Manutenção corretiva de Bomba à vácuo . <u>Marca:</u> DABI. <u>Modelo:</u> Ciclone Vaccum Pump. <u>Peça:</u> CAPACITOR DE PARTIDA.</b>	5797	SV	12	6		12	30
72	<b>Manutenção corretiva de Seladora. <u>Marca:</u> Bioart. <u>Modelo:</u> BioStamp. <u>Serviço de mão de obra</u> caso seja necessária a troca ou reparo DA RESISTÊNCIA.</b>	5797	SV	12	6		12	30
73	<b>Manutenção corretiva de Seladora. <u>Marca:</u> Bioart. <u>Modelo:</u> BioStamp. <u>Peça:</u> RESISTÊNCIA.</b>	5797	SV	12	6		12	30
74	<b>Manutenção corretiva de Seladora. <u>Marca:</u> Bioart. <u>Modelo:</u> BioStamp. <u>Peça:</u> MANIVELA</b>	5797	SV	12	6		12	30
75	<b>Manutenção preventiva de Autoclave. <u>Marca:</u> Cristofolli 21 litros. <u>Modelo:</u> Horizontal. Verificação de pressão e ruído, teste elétrico, limpeza de filtros, verificação das mangueiras, limpeza externa e interna.</b>	5797	SV	12	6	4	24	46
76	<b>Manutenção corretiva de Autoclave. <u>Marca:</u> Cristofolli 21 litros. <u>Modelo:</u> Horizontal. <u>Serviço de mão de obra</u> caso seja necessária a troca ou reparo da PLACA DE COMANDO.</b>	5797	SV	12	6		5	23
77	<b>Manutenção corretiva de Autoclave. <u>Marca:</u> Cristofolli 21 litros. <u>Modelo:</u> Horizontal. <u>Peça:</u> PLACA DE COMANDO.</b>	5797	UND	12	6		5	23
78	<b>Manutenção corretiva de Autoclave. <u>Marca:</u> Cristofolli 21 litros. <u>Modelo:</u> Horizontal. <u>Serviço de mão de obra</u> caso seja necessária a troca ou reparo da BOMBA A VÁCUO.</b>	5797	SV	12	5		5	22
79	<b>Manutenção corretiva de Autoclave. <u>Marca:</u> Cristofolli 21 litros. <u>Modelo:</u> Horizontal. <u>Serviço de mão de obra</u> caso seja necessária a troca ou reparo VÁLVULA SOLENÓIDE.</b>	5797	SV	12	5		5	22
80	<b>Manutenção corretiva de Autoclave. <u>Marca:</u> Cristofolli 21 litros. <u>Modelo:</u> Horizontal. <u>Peça:</u> VÁLVULA SOLENÓIDE.</b>	5797	UND	12	5		5	22
81	<b>Manutenção preventiva de Autoclave. <u>Marca:</u> Cristofolli 21 litros. <u>Modelo:</u> Horizontal. Verificação de pressão e ruído, teste elétrico, limpeza de filtros, verificação das mangueiras, limpeza externa e interna.</b>	5797	SV	12	6	4	24	46
82	<b>Manutenção corretiva de Autoclave. <u>Marca:</u> Cristofolli 21 litros. <u>Modelo:</u> Horizontal. <u>Serviço de mão de obra</u> caso seja necessária a troca ou reparo da PLACA DE COMANDO.</b>	5797	SV	12	6		24	42

Salvador, BA, 10 de junho de 2021

**PAULA MARCELLA SILVA DRAGO – CAP DENT**

Chefe da Odontoclínica do HGeS

**ANEXO B - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

<b>INDICADOR</b>	
<b>Nº 01 – EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA – QUANTIDADE DE APONTAMENTOS/RECLAMAÇÕES REALIZADOS</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir a manutenção preventiva dos equipamentos odontológicos da Odontoclínica do Hospital Geral de Salvador.
<b>Meta a cumprir</b>	Menor do que 10 apontamentos/reclamações, por mês
<b>Instrumento de medição</b>	Contagem do número de apontamentos realizados pelo fiscal e de reclamações de usuários por mês
<b>Forma de acompanhamento</b>	Controle por parte do fiscal acerca dos apontamentos e reclamações
<b>Periodicidade</b>	Semanal
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Somatório
<b>Início de vigência</b>	Data da assinatura do contrato
<b>Faixas de ajuste do pagamento</b>	Até 10 apontamentos/reclamações = 100% do valor mensal do contrato De 10 a 20 apontamentos/reclamações = 90% do valor mensal do contrato Acima de 20 apontamentos/reclamações = 80% do valor mensal do contrato
<b>Sanções</b>	Conforme Termo de Referência

<b>INDICADOR</b>	
<b>Nº 02 – ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO SERVIÇO</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir a manutenção preventiva dos equipamentos odontológicos da Odontoclínica do Hospital Geral de Salvador
<b>Meta a cumprir</b>	Menor do que 5 dias úteis da data acordada para a execução
<b>Instrumento de medição</b>	Verificação do atendimento do prazo de execução
<b>Forma de acompanhamento</b>	Controle por parte do fiscal acerca do cumprimento do prazo de execução acordado
<b>Periodicidade</b>	Semanal
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Contagem de prazo (dias de atraso)
<b>Início de vigência</b>	Início de vigência data da assinatura do contrato
<b>Faixas de ajuste do pagamento</b>	Até 5 dias úteis de atraso = 100% do valor mensal do contrato De 5 a 10 dias úteis de atraso = 90% do valor mensal do contrato Acima de 10 dias úteis de atraso = 80% do valor mensal do contrato
<b>Sanções</b>	Conforme Termo de Referência



<b>INDICADOR</b>	
<b>Nº 03 – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS/ PREVIDENCIÁRIAS DOS TERCEIRIZADOS</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas/previdenciários dos empregados e resguardar a União de eventual condenação solidária
<b>Meta a cumprir</b>	Menor do que 2 ocorrências (atrasos no pagamento dos direitos trabalhistas ou previdenciários/entrega de uniforme) por mês
<b>Instrumento de medição</b>	Contagem do número de apontamentos realizados pelo fiscal
<b>Forma de acompanhamento</b>	Controle por parte do fiscal acerca dos apontamentos
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Somatório
<b>Início de vigência</b>	Início de vigência data da assinatura do contrato
<b>Faixas de ajuste do pagamento</b>	Até 2 ocorrências = 100% do valor mensal do contrato De 2 a 5 dias ocorrências = 90% do valor mensal do contrato Acima de 5 ocorrências = 80% do valor mensal do contrato
<b>Sanções</b>	Conforme Termo de Referência

Salvador, 10 de junho de 2021

**PAULA MARCELLA SILVA DRAGO – CAP DENT**  
Chefe da Odontoclínica do HGeS

**ANEXO C – PLANILHA DE CUSTOS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	CATSER/ CATMAT	UND						VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL
				HGES 160039	19 BC 160033	6 RM 160036	ESFCEX 160525	QUANT TOTAL		
1	<b>Manutenção preventiva de Cadeira odontológica:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço</b> de verificação geral do equipamento compreendendo, no mínimo, medir tensão elétrica nominal, verificar estado das mangueiras, verificar nível de óleo da cadeira, verificar todos os contatos elétricos, lubrificação e reapertos diversos.	5797	SV	132	15	4	48	199	R\$ 200,00	R\$ 39.800,00
2	Manutenção corretiva de Cadeira odontológica: Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. VALOR de <b>mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo da PLACA DE COMANDO DA CADEIRA.	5797	SV	22	5		6	33	R\$ 180,00	R\$ 5.940,00
3	<b>Peça:</b> placa de comando da cadeira. <b>marca:</b> dabi. <b>modelo:</b> d700.	428063	UND	22	5		6	33	R\$ 700,00	R\$ 23.100,00
4	<b>Manutenção preventiva de Refletor:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço</b> de verificação geral do equipamento compreendendo, no mínimo, medir tensão elétrica nominal, verificar todos os contatos elétricos, lubrificação e reapertos diversos.	5797	SV	132	15	4	24	175	R\$ 120,00	R\$ 21.000,00
5	<b>Manutenção corretiva de Refletor:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo da LAMPADA H3.	5797	SV	33	12		6	51	R\$ 100,00	R\$ 5.100,00
6	<b>Peça:</b> lampada h3 para refletor. <b>marca:</b> dabi. <b>modelo:</b> d 700.	304856	UND	33	12		6	51	R\$ 35,00	R\$ 1.785,00
7	<b>Manutenção corretiva de Refletor:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo do ESPELHO.	5797	SV	33	5		6	44	R\$ 95,00	R\$ 4.180,00
8	<b>Peça:</b> espelho para refletor. <b>marca:</b> dabi. <b>modelo:</b> d 700.	304856	UND	33	5		6	44	R\$ 310,00	R\$ 13.640,00
9	<b>Manutenção preventiva de Unidade auxiliar (cuspideira):</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço</b> de verificação geral do equipamento compreendendo, no mínimo, medir tensão elétrica nominal, verificar estado das mangueiras, verificar todos os contatos elétricos, limpeza dos condutos e filtros dos sugadores, verificar funcionamento das válvulas de pressão da unidade auxiliar, lubrificação e reapertos diversos.	5797	SV	132	15	4	24	175	R\$ 100,00	R\$ 17.500,00
10	<b>Manutenção corretiva de Unidade auxiliar (cuspideira):</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo da BACIA DE LOUÇA.	5797	SV	22	5	1	6	34	R\$ 70,00	R\$ 2.380,00

11	<b>Peça:</b> bacia de louça de unidade auxiliar (cuspideira). marca: dabi. modelo: d 700.	376226	UND	22	5		6	33	RS 680,00	RS 22.440,00
12	<b>Manutenção corretiva de Unidade auxiliar (cuspideira):</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo das VÁLVULAS PILOTO.	5797	SV	22	5		6	33	RS 100,00	RS 3.300,00
13	<b>Peça:</b> válvulas piloto de unidade auxiliar (cuspideira). marca: dabi. modelo: d 700.	376226	UND	22	5		6	33	RS 130,00	RS 4.290,00
14	<b>Manutenção preventiva de Equipó:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço</b> de verificação geral dos equipamentos compreendendo, no mínimo, medir tensão elétrica nominal, verificar estado das mangueiras, verificar todos os contatos elétricos, verificar funcionamento das válvulas de pressão do equipo, lubrificação e reapertos diversos.	5797	SV	132	15	4	24	175	RS 200,00	RS 35.000,00
15	<b>Manutenção corretiva de Equipó:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço</b> de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo da SERINGA TRIPLICE.	418217	SV	22	15	1	12	50	RS 120,00	RS 6.000,00
16	<b>Manutenção corretiva de Equipó:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Peça:</b> SERINGA TRIPLICE.	418217	SV	22	5	1	12	40	RS 350,00	RS 14.000,00
17	<b>Manutenção corretiva de Equipó:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço</b> de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo da TORNEIRA FIXA.	5797	SV	22	5		12	39	RS 125,00	RS 4.875,00
18	<b>Manutenção corretiva de Equipó:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Peça:</b> TORNEIRA FIXA.	5797	SV	22	5		12	39	RS 150,00	RS 5.850,00
19	<b>Manutenção preventiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório móvel): <b>Cadeira odontológica:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de verificação geral do equipamento compreendendo, no mínimo, medir tensão elétrica nominal, verificar estado das mangueiras, verificar nível de óleo da cadeira, verificar todos os contatos elétricos, lubrificação e reapertos diversos.	5797	SV	2			6	8	RS 200,00	RS 1.600,00
20	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Cadeira odontológica:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo da PLACA DE COMANDO DA CADEIRA.	5797	SV	2			6	8	RS 180,00	RS 1.440,00
21	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Cadeira odontológica:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Peça:</b> PLACA DE COMANDO DA CADEIRA.	428063	SV	12			6	18	RS 600,00	RS 10.800,00
22	<b>Manutenção preventiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Refletor:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de verificação geral do equipamento compreendendo, no mínimo, medir tensão elétrica nominal, verificar todos os contatos elétricos, lubrificação e reapertos diversos.	5797	SV	3			6	9	RS 120,00	RS 1.080,00
23	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Refletor:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo da LAMPADA H3.	5797	SV	3			6	9	RS 100,00	RS 900,00
24	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Refletor:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Peça:</b> LAMPADA H3.	416472	SV	3			6	9	RS 35,00	RS 315,00

25	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Refletor:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo do ESPELHO.	5797	SV	3			6	9	<b>R\$ 100,00</b>	<b>R\$ 900,00</b>
26	<b>Manutenção corretiva de Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil).</b> <b>Refletor:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Peça:</b> ESPELHO.	5797	SV	3			6	9	<b>R\$ 310,00</b>	<b>R\$ 2.790,00</b>
27	<b>Manutenção preventiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Unidade auxiliar (cuspideira):</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de verificação geral do equipamento compreendendo, no mínimo, medir tensão elétrica nominal, verificar estado das mangueiras, verificar todos os contatos elétricos, limpeza dos condutos e filtros dos sugadores, verificar funcionamento das válvulas de pressão da unidade auxiliar, lubrificação e reapertos diversos.	5797	SV	3			6	9	<b>R\$ 120,00</b>	<b>R\$ 1.080,00</b>
28	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Unidade auxiliar (cuspideira):</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo BACIA DE LOUÇA.	5797	SV	3			6	9	<b>R\$ 90,00</b>	<b>R\$ 810,00</b>
29	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Unidade auxiliar (cuspideira):</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Peça:</b> BACIA DE LOUÇA.	5797	SV	3			6	9	<b>R\$ 680,00</b>	<b>R\$ 6.120,00</b>
30	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Unidade auxiliar (cuspideira):</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo das VÁLVULAS PILOTO.	5797	SV	3			6	9	<b>R\$ 125,00</b>	<b>R\$ 1.125,00</b>
31	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Unidade auxiliar (cuspideira):</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Peça:</b> VÁLVULAS PILOTO.	5797	SV	3			6	9	<b>R\$ 170,00</b>	<b>R\$ 1.530,00</b>
32	<b>Manutenção preventiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Equipo:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de verificação geral dos equipamentos compreendendo, no mínimo, medir tensão elétrica nominal, verificar estado das mangueiras, verificar todos os contatos elétricos, verificar funcionamento das válvulas de pressão do equipo, lubrificação e reapertos diversos.	5797	SV	3			6	9	<b>R\$ 200,00</b>	<b>R\$ 1.800,00</b>
33	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Equipo:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo da SERINGA TRIPLICE.	5797	SV	3			6	9	<b>R\$ 130,00</b>	<b>R\$ 1.170,00</b>
34	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Equipo:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Peça:</b> SERINGA TRIPLICE.	418217	SV	3			6	9	<b>R\$ 310,00</b>	<b>R\$ 2.790,00</b>
35	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Equipo:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Serviço</b> de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo da TORNEIRA FIXA.	5797	SV	3			6	9	<b>R\$ 95,00</b>	<b>R\$ 855,00</b>
36	<b>Manutenção corretiva de</b> Conjunto odontológico de campanha (consultório portátil). <b>Equipo:</b> Estrutura aço com tratamento anti-corrosão, pintura epóxi. <b>Marca:</b> OLSEN. <b>Modelo:</b> Odontoportátil. <b>Peça:</b> TORNEIRA FIXA.	5797	SV	3			6	9	<b>R\$ 125,00</b>	<b>R\$ 1.125,00</b>
37	<b>Manutenção preventiva de Mocho Odontológico:</b> <b>Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <b>Serviço</b> de verificação geral do equipamento compreendendo lubrificação, limpeza externa e interna e ajustes necessários.	5797	SV	45	2	4	24	75	<b>R\$ 120,00</b>	<b>R\$ 9.000,00</b>

38	<b>Manutenção corretiva de Mocho Odontológico: Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> D 700. <u>Serviço de mão de obra</u> caso seja necessária a troca ou reparo dos PISTÕES.	5797	SV	45	15		12	72	R\$ 250,00	R\$ 18.000,00
39	<b>Manutenção preventiva de Aparelho de Raios X Odontológico: Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Spectro 70 X Eletronic. Medir emissão de RX, teste elétrico, lubrificação e limpeza geral externa e interna e ajustes necessários.	5797	SV	4	2	4	24	34	R\$ 300,00	R\$ 10.200,00
40	<b>Manutenção corretiva de Aparelho de Raios X Odontológico: Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Spectro 70 X Eletronic. <u>Serviço de mão de obra</u> caso seja necessária a troca ou reparo da PLACA DO RAI0-X.	5797	SV	4	2		12	18	R\$ 300,00	R\$ 5.400,00
41	<b>Manutenção corretiva de Aparelho de Raios X Odontológico: Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Spectro 70 X Eletronic. <b>Peça:</b> PLACA DO RAI0-X.	5797	SV	4	2		12	18	R\$ 900,00	R\$ 16.200,00
42	<b>Manutenção preventiva de Aparelho Fotopolimerizador: Marca:</b> Kavo. <b>Modelo:</b> Poly Wireless. Serviço de teste dos circuitos elétricos, limpeza externa e interna; ajustes quando necessário	5797	SV	45	10	4	24	83	R\$ 180,00	R\$ 14.940,00
43	<b>Manutenção corretiva de Aparelho Fotopolimerizador: Marca:</b> Kavo. <b>Modelo:</b> Poly Wireless. <u>Serviço de mão de obra</u> caso seja necessária a troca ou reparo da PLACA DO FOTOPOLIMERIZADOR.	5797	SV	4	2		12	18	R\$ 250,00	R\$ 4.500,00
44	<b>Manutenção corretiva de Aparelho Fotopolimerizador: Marca:</b> Kavo. <b>Modelo:</b> Poly Wireless. <b>Peça:</b> PLACA DO FOTOPOLIMERIZADOR.	5797	SV	4	2		12	18	R\$ 590,00	R\$ 10.620,00
45	<b>Manutenção preventiva de Aparelho de Ultrassom Odontológico. Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Profi Neo. Limpeza externa e interna , verificação de mangueiras, filtros, pontas e insertos, verificação de parte elétrica e hidráulica; ajustes quando necessário	5797	SV	45	10	4	12	71	R\$ 180,00	R\$ 12.780,00
46	<b>Manutenção corretiva de Aparelho de Ultrassom Odontológico. Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Profi Neo. <u>Serviço de mão de obra</u> caso seja necessária a troca ou reparo da PLACA DO ULTRASSOM.	5797	SV	11	5	1	12	29	R\$ 270,00	R\$ 7.830,00
47	<b>Manutenção corretiva de Aparelho de Ultrassom Odontológico. Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Profi Neo. <b>Peça:</b> PLACA DO ULTRASSOM.	5797	SV	11	5	1	12	29	R\$ 490,00	R\$ 14.210,00
48	<b>Manutenção corretiva de Aparelho de Ultrassom Odontológico. Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Profi Neo. <u>Serviço de mão de obra</u> caso seja necessária a troca ou reparo da CANETA DO ULTRASSOM.	5797	SV	11	8	1	12	32	R\$ 180,00	R\$ 5.760,00
49	<b>Manutenção corretiva de Aparelho de Ultrassom Odontológico. Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Profi Neo. <b>Peça:</b> CANETA DO ULTRASSOM.	5797	SV	11	8	1	12	32	R\$ 1.030,00	R\$ 32.960,00
50	<b>Manutenção preventiva de Caneta Alta Rotação. Marca:</b> Microdent. Limpeza externa e interna , verificação geral; ajustes quando necessários.	5797	SV	45	20		24	89	R\$ 150,00	R\$ 13.350,00
51	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca:</b> Microdent. <u>Serviço de mão de obra</u> caso seja necessária a troca ou reparo dos ROLAMENTOS.	5797	SV	45	20		48	113	R\$ 180,00	R\$ 20.340,00
52	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca:</b> Microdent. <b>Peça:</b> ROLAMENTOS.	392504	SV	60	20		24	104	R\$ 280,00	R\$ 29.120,00
53	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca:</b> Microdent. <u>Serviço de mão de obra</u> caso seja necessária a troca ou reparo das PINÇAS.	5797	SV	60	20		24	104	R\$ 180,00	R\$ 18.720,00
54	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca:</b> Microdent. <b>Peça:</b> PINÇAS.	322467	SV	60	20		24	104	R\$ 250,00	R\$ 26.000,00
55	<b>Manutenção preventiva de Caneta Alta Rotação. Marca:</b> Kavo. <b>Modelo:</b> Extra Torque 605C. Limpeza externa e interna , verificação geral; ajustes quando necessários.	5797	SV	60	30	4	24	118	R\$ 180,00	R\$ 21.240,00
56	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca:</b> Kavo. <b>Modelo:</b> Extra Torque 605C. <u>Serviço de mão de obra</u> caso seja necessária a troca ou reparo dos ROLAMENTOS.	5797	SV	60	30	2	24	116	R\$ 180,00	R\$ 20.880,00
57	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca:</b> Kavo. <b>Modelo:</b> Extra Torque 605C. <b>Peça:</b> ROLAMENTOS.	392504	SV	60	30	2	24	116	R\$ 120,00	R\$ 13.920,00

58	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca:</b> Kavo. <b>Modelo:</b> Extra Torque 605C. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo das PINÇAS.	5797	SV	60	30	2	24	116	R\$ 180,00	R\$ 20.880,00
59	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca:</b> Kavo. <b>Modelo:</b> Extra Torque 605C. <b>Peça:</b> PINÇAS.	322467	SV	60	30	2	24	116	R\$ 280,00	R\$ 32.480,00
60	<b>Manutenção preventiva de Caneta Alta Rotação. Marca:</b> Dentflex. Limpeza externa e interna , verificação geral; ajustes quando necessários.	5797	SV	60	20		24	104	R\$ 150,00	R\$ 15.600,00
61	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca:</b> Dentflex. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo dos ROLAMENTOS.	5797	SV	60	20		24	104	R\$ 130,00	R\$ 13.520,00
62	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca:</b> Dentflex. <b>Peça:</b> ROLAMENTOS.	392504	SV	60	20		24	104	R\$ 130,00	R\$ 13.520,00
63	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca:</b> Dentflex. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo das PINÇAS.	5797	SV	60	20		24	104	R\$ 150,00	R\$ 15.600,00
64	<b>Manutenção corretiva de Caneta Alta Rotação. Marca:</b> Dentflex. <b>Peça:</b> PINÇAS.	322467	SV	60	20		24	104	R\$ 270,00	R\$ 28.080,00
65	<b>Manutenção preventiva de Bomba à vácuo . Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Ciclone Vaccum Pump. Verificação de pressão e ruído, teste elétrico, limpeza de filtros, verificação das mangueiras, limpeza externa e interna.	5797	SV	12	6	4	12	34	R\$ 350,00	R\$ 11.900,00
66	<b>Manutenção corretiva de Bomba à vácuo . Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Ciclone Vaccum Pump. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo do MOTOR.	5797	SV	12	6		12	30	R\$ 380,00	R\$ 11.400,00
67	<b>Manutenção corretiva de Bomba à vácuo . Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Ciclone Vaccum Pump. <b>Peça:</b> MOTOR.	5797	SV	12	6		12	30	R\$ 1.130,00	R\$ 33.900,00
68	<b>Manutenção corretiva de Bomba à vácuo . Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Ciclone Vaccum Pump. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo PLACA CONTROLADORA.	5797	SV	12	6		12	30	R\$ 390,00	R\$ 11.700,00
69	<b>Manutenção corretiva de Bomba à vácuo . Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Ciclone Vaccum Pump. <b>Peça:</b> PLACA CONTROLADORA.	5797	SV	12	6		12	30	R\$ 865,00	R\$ 25.950,00
70	<b>Manutenção corretiva de Bomba à vácuo . Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Ciclone Vaccum Pump. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo CAPACITOR DE PARTIDA.	5797	SV	12	6		12	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00
71	<b>Manutenção corretiva de Bomba à vácuo . Marca:</b> DABI. <b>Modelo:</b> Ciclone Vaccum Pump. <b>Peça:</b> CAPACITOR DE PARTIDA.	5797	SV	12	6		12	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00
72	<b>Manutenção corretiva de Seladora. Marca:</b> Bioart. <b>Modelo:</b> BioStamp. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo DA RESISTÊNCIA.	5797	SV	12	6		12	30	R\$ 250,00	R\$ 7.500,00
73	<b>Manutenção corretiva de Seladora. Marca:</b> Bioart. <b>Modelo:</b> BioStamp. <b>Peça:</b> RESISTÊNCIA.	5797	SV	12	6		12	30	R\$ 350,00	R\$ 10.500,00
74	<b>Manutenção corretiva de Seladora. Marca:</b> Bioart. <b>Modelo:</b> BioStamp. <b>Peça:</b> MANIVELA	5797	SV	12	6		12	30	R\$ 250,00	R\$ 7.500,00
75	<b>Manutenção preventiva de Autoclave. Marca:</b> Cristofolli 21 litros. <b>Modelo:</b> Horizontal. Verificação de pressão e ruído, teste elétrico, limpeza de filtros, verificação das mangueiras, limpeza externa e interna.	5797	SV	12	6	4	24	46	R\$ 350,00	R\$ 16.100,00
76	<b>Manutenção corretiva de Autoclave. Marca:</b> Cristofolli 21 litros. <b>Modelo:</b> Horizontal. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo da PLACA DE COMANDO.	5797	SV	12	6		5	23	R\$ 380,00	R\$ 8.740,00
77	<b>Manutenção corretiva de Autoclave. Marca:</b> Cristofolli 21 litros. <b>Modelo:</b> Horizontal. <b>Peça:</b> PLACA DE COMANDO.	5797	UND	12	6		5	23	R\$ 870,00	R\$ 20.010,00
78	<b>Manutenção corretiva de Autoclave. Marca:</b> Cristofolli 21 litros. <b>Modelo:</b> Horizontal. <b>Serviço de mão de obra</b> caso seja necessária a troca ou reparo da BOMBA A VÁCUO.	5797	SV	12	5		5	22	R\$ 420,00	R\$ 9.240,00

79	<b>Manutenção corretiva de Autoclave. Marca:</b> Cristofolli 21 litros. <b>Modelo:</b> Horizontal. <u>Serviço de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo VÁLVULA SOLENÓIDE.</u>	5797	SV	12	5		5	22	<b>R\$ 350,00</b>	<b>R\$ 7.700,00</b>
80	<b>Manutenção corretiva de Autoclave. Marca:</b> Cristofolli 21 litros. <b>Modelo:</b> Horizontal. <b>Peça:</b> VÁLVULA SOLENÓIDE.	5797	UND	12	5		5	22	<b>R\$ 400,00</b>	<b>R\$ 8.800,00</b>
81	<b>Manutenção preventiva de Autoclave. Marca:</b> Cristofolli 21 litros <b>Modelo:</b> Horizontal. Verificação de pressão e ruído, teste elétrico, limpeza de filtros, verificação das mangueiras, limpeza externa e interna.	5797	SV	12	6	4	24	46	<b>R\$ 400,00</b>	<b>R\$ 18.400,00</b>
82	<b>Manutenção corretiva de Autoclave. Marca:</b> Cristofolli 21 litros <b>Modelo:</b> Horizontal. <u>Serviço de mão de obra caso seja necessária a troca ou reparo da PLACA DE COMANDO.</u>	5797	SV	12	6		24	42	<b>R\$ 390,00</b>	<b>R\$ 16.380,00</b>

**R\$ 970.580,00**

Salvador, BA, 10 de junho de 2021

**PAULA MARCELLA SILVA DRAGO – CAP DENT**

Chefe da Odontoclínica do HGeS



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
HOSPITAL GERAL DE SALVADOR**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

(Processo Administrativo n.º64585.001295/2021-23)

**1. DO OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, instalação, desinstalação, montagem, desmontagem e calibração de equipamentos biomédicos, odontológicos e radiológicos dos diversos setores, de propriedade da Odontoclínica do HGeS e demais Organizações militares da 6ª Região Militar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no ANEXO “A” deste instrumento.
- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum não continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a por preço unitário.
- 1.5. O contrato terá vigência pelo período de 12 (meses).

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na



modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadraram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.2. Permanecer a contratada em condições de prestar os serviços e entregar as peças de acordo com a necessidade, levando em consideração o caráter peculiar que demanda disponibilidade em tempo integral.
- 5.3. Caracteriza-se por se tratar de bens comuns.
- 5.4. Ata de Registro de Preços com vigência de 12 meses.
- 5.5. As peças serão recebidas provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo almoxarifado da Organização Militar solicitante, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 5.6. As peças poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidas/refeitas/substituídas no prazo fixado pelo almoxarifado, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 5.7. As peças serão recebidas no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 5.10. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.11. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 5.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.13. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 5.14. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 5.15. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 5.16. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 5.17. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 5.18. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência ou edital;
- 5.19. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 5.20. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 5.21. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 5.22. Responsabilizar-se pela montagem, desmontagem, instalação, desinstalação, transporte de qualquer equipamento que não seja possível recuperar no prédio, para sua oficina ou de terceiros, sendo obrigada a relacioná-lo em formulário próprio adotado pela Odontoclínica do HGES, assinado pelos chefes da Fiscalização Administrativa e do Almoxarifado.
- 5.23. Apresentar Relatório Mensal Informatizado das atividades, incluindo as ordens de serviços, visando o controle dos serviços, possibilitando a elaboração de estudos estatísticos, a cerca da incidência de ocorrências e tipos de serviço;
- 5.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos; exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 5.25. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

- 5.26. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo assim a qualquer momento serem solicitadas;
- 5.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.29. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Carta Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, de acordo com o Art 70 da Lei nº 8.666/93;
- 5.30. Apresentar, obrigatoriamente, no primeiro mês do contrato, um relatório das condições em que se encontram os equipamentos e seus acessórios, com todas as divergências, dúvidas e irregularidades.
- 5.31. A CONTRATADA responsabiliza-se pelos encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal, primado pela regularidade da situação contratual de seus profissionais e empregados;
- 5.32. Proporcionar treinamento gratuito de operador-chave a uma pessoa indicada pela CONTRATANTE quando tal treinamento for considerado necessário pela mesma.
- 5.33. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.34. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

## **6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

- 6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 12 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (71) 3324-3234, podendo sua realização ser comprovada por: atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017; ou declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este órgão.
- 6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-

se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

- 6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 7.1.1. A empresa ganhadora fará uma visita semanal às instalações realizando manutenção preventiva. Nesta estão incluídas trocas da mangueiras, lâmpadas e fusíveis que se fizer necessário.
- 7.1.2. Em caso de necessidade de serviço corretivo, a empresa será acionada tendo um prazo de 6 horas para atender a solicitação.
- 7.1.3. Caso seja necessário a troca de uma peça a mesma será fornecida pelo valor cotado no pregão e, caso a peça não esteja na relação constante no ANEXO A, será adquirido pela contratante e a contratada fará a troca.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

- 8.1. A gestão de contratos seguirá o previsto na Lei 8666/93 e no Anexo III.
- 8.2. Os critérios de medição está previsto no anexo B.
- 8.3. Critérios de Pagamento, seguirá o previsto na Lei 8666/93, no Edital e no Anexo III.

## **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. fornecer mangueiras, lâmpadas e fusíveis para pronta substituição nas visitas de manutenção preventiva.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais

previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos

incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

## **12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório

## **13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**



15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo B, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.16.1. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.16.2. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.16.3. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.16.4. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante

exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.16.5. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.16.6. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16.7. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.16.8. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.16.9. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.16.10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

16.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **17. DO PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o

limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para

verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de vigência do contrato que não será prorrogado.

## 18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.1 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

18.2 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18.3 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.3.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.3.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo



durante a execução do contrato;

18.3.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

18.3.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

18.4 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

18.5 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.6 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

18.7 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

18.8 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.9 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.10 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.11 Será considerada extinta a garantia:

18.11.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.11.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

18.12 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18.13 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

**19.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**19.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**19.1.3.** falhar ou fraudar na execução do contrato;

**19.1.4.** comportar-se de modo inidôneo; ou

**19.1.5.** cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**19.2.1. Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**19.2.2. Multa de:**

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas

independentes entre si.

**19.2.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**19.2.4.** Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

**19.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**19.5.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**19.5.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**19.5.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**19.7.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão as exigidas no Edital.

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

**20.4.1.** Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

20.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário por item.

20.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

21.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 970.580,00 (novecentos e setenta mil e quinhentos e oitenta reais).

## **22. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

22.1. A execução dos serviços será iniciada na forma que segue:

**22.1.1.** após a assinatura do contrato ou aceite da Nota de Empenho.

22.2. O prazo de execução dos serviços será de 48 (quarenta e oito) horas, após o início da

manutenção preventiva e/ou quando solicitada na manutenção corretiva e seguirá o seguinte cronograma:

**22.2.1.** Seguirá o previsto neste Termo de Referência e no Anexo B – IMR.

Salvador, BA, 10 de junho de 2021

**PAULA MARCELLA SILVA DRAGO – CAP DENT**  
Chefe da Odontoclínica do HGeS

Aprovo o presente Termo de Referência, conforme delimitação do objeto, justificativa, elementos contidos nas propostas e demais parâmetros estabelecidos neste, sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público desta Organização Militar, nos termos do Decreto nº 10.024/2019.

Salvador, BA, 10 de junho de 2021

**ALERRANDRO LEAL FARIAS - CEL**  
Diretor do HGeS



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
HOSPITAL GERAL DE SALVADOR**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

N.º .....

O Hospital Geral de Salvador HGeS, por meio da Seção de Licitações e Contratos (SALC), sediado(a) na Rua Castro Neves, 72, Matatu, Salvador, Bahia inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 200...., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 08/2021, publicada no ..... de ...../...../20....., processo administrativo nº 64585.001295/2021-23, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, instalação, desinstalação, montagem, desmontagem e calibração de equipamentos biomédicos, odontológicos e radiológicos da odontoclínica do HGeS e Órgãos participantes, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo I e anexo A do edital de Pregão nº 08/2021, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Prestador do serviço ( <b>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</b> )				
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário
1				



2				
3				
...				

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o HOSPITAL GERAL DE SALVADOR.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

**3.2.1.** 6º Região Militar (UASG 160036);

**3.2.2.** Escola de Formação Complementar do Exército (UASG 160525);

**3.2.3.** 19º Batalhão de Caçadores (UASG 160033);

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

**4.1.1.** A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, ao máximo de cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo

de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

**4.4.1.** Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**4.6.1.** Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

## 5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da **homologação**, não podendo ser prorrogada.

## 6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

- 6.4.1.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 6.5.1.** liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
  - 6.5.2.** convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1.** descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - 6.7.2.** não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - 6.7.3.** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
  - 6.7.4.** sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1.** por razão de interesse público; ou
  - 6.9.2.** a pedido do fornecedor.

## **7. DAS PENALIDADES**

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 7.1.1.** As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do

descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **2 (duas)** vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Salvador, BA, ..... de ..... de 2021.

**ALERRANDRO LEAL FARIAS – Cel**  
Ordenador de Despesas do HGeS

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es)  
registrado(s)



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
HOSPITAL GERAL DE SALVADOR**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E A EMPRESA  
.....**

A União, por intermédio do HOSPITAL GERAL DE SALVADOR, com sede na Rua Castro Neves, 72, Matatu, na cidade de Salvador-BA, CEP 40.255-020, inscrito no CNPJ sob o nº 10.562.575/0001-51, este ato representado pelo Sr. Coronel ALERRANDRO LEAL FARIAS, nomeado pela Portaria nº 549 – Cmt Ex, de 05 de julho de 2020, publicada no DOU nº 109, de 9 de junho de 2020, portador da Carteira de Identidade nº 020368434-5 MD/EB e inscrito no CPF nº 799.664.114-53, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 64585.001295/2021-23 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 08/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, instalação, desinstalação, montagem, desmontagem e calibração de equipamentos biomédicos, odontológicos e radiológicos da odontoclínica do HGeS e Órgãos participantes, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

## 1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../.....,

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo ou em outra que venha a substituí-la:

Gestão/Unidade: 00001/167039

Fonte: 0151000000

Programa de Trabalho: 171497

Elemento de Despesa: 339039

PI: D8SAFCTCCON

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1. As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. indenizações e multas.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Salvador/BA - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Salvador-BA, ..... de..... de 20.....

**ALERRANDRO LEAL FARIAS – Cel**  
Ordenador de Despesas do HGeS

Representante legal da CONTRATADA



**TIMBRE DA EMPRESA**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIDADE AMBIENTAL E  
SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL**

Para fins de participação na Licitação Pregão Eletrônico SRP nº 04/2019, a empresa (NOME COMPLETO DA PROPONENTE)....., CNPJ nº ....., sediado(a).....(ENDEREÇO COMPLETO), DECLARA, sob as penas da Lei, notadamente o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental exigido para habilitação no edital do referido certame licitatório conforme previsto no artigo 5º da IN/SLTI/MPOG 01/2010, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Local, data

Assinatura :

Nome do Representante Legal da Empresa:

RG:

CPF: